

# O que tem esse tal de "Sul"?

» GERSON BRISOLARA

Jornalista com atuação em meios de comunicação, educação corporativa e assessoria na imprensa gaúcha

Pontos cardeais são pontos de referência estabelecidos para a orientação na superfície terrestre. São quatro: norte, sul, leste e oeste, e servem para a localização de objetos, pessoas e lugares, que podem variar desde uma rua, um bairro, uma cidade até países e continentes. O ponto sul também configura uma região historicamente afetada pela chaga do racismo em pelo menos três países: Brasil, Estados Unidos e África do Sul. Afinal, o que é que esse "Sul" tem?

Cronologicamente, os Estados Unidos são os pioneiros entre os racistas. O processo de colonização não foi pacífico, uma vez que já havia habitantes nesses territórios: os povos indígenas. O embate entre povos nativos e colonos europeus resultou em diversas guerras em decorrência da expansão para o oeste, que teve início após as Treze Colônias, constituídas na costa leste, revoltarem-se contra a Grã-Bretanha e proclamarem a sua independência em 1776.

Essas colônias tiveram um desenvolvimento diferente entre si. Enquanto no norte predominou o modelo de pequena propriedade privada com mão de obra assalariada, propiciando a emergência de indústrias, no sul a predominância foi de grandes fazendas com monocultura e a utilização do trabalho escravo de negros africanos.

As tensões entre as duas regiões se tornaram crescentes até eclodir a Guerra Civil Americana (1861-1865). O presidente Abraham Lincoln assinou a libertação de todos os escravos dos estados americanos. Porém, como os brancos sulistas não se viam como iguais aos negros libertos, eles não queriam partilhar dos mesmos direitos políticos. Começaram a emergir movimentos racistas nos estados do sul, como a Ku Klux Klan, do Tennessee, um grupo de fanáticos que cometiam diversos crimes contra os negros e que voltaria a se manifestar no século 20.

Os estados sulistas promulgaram leis segregacionistas (envolviam, inclusive, a proibição do casamento interracial) que duraram por quase um século e só foram revogadas devido aos movimentos sociais pela igualdade civil das décadas de 1950 e 1960, liderados por Martin Luther King Jr. (1929-1968).

Já na África do Sul, esteve em voga, por mais

de quatro décadas (1948-1994), o apartheid (palavra cujo significado é separação): um regime político de extrema-direita que se baseou no estabelecimento de leis que promoveram uma série de privilégios para a parcela branca da população.

O apartheid fez com que a população negra vivesse em locais segregados, impedindo sua circulação e visitação a determinados espaços, e sofresse todo tipo de repressão e violência policial por parte do governo sul-africano. O acesso à educação, à saúde, ao voto e oportunidades de crescimento da população negra também ficaram restritos ao longo dos anos.

O regime segregacionista fez com que a África do Sul sofresse uma forte pressão internacional, sendo alvo de sanções econômicas por parte das Nações Unidas. Movimentos de resistência se formaram, e uma das lideranças foi Nelson Mandela (1918-2013). O apartheid foi encerrado oficialmente em 1994, quando eleições democráticas aconteceram no país.

Já o Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental e o último a abolir a escravidão (1888). Entre 1501 e 1870, mais de 12,5 milhões de africanos foram raptados,

vendidos como escravos e transportados para o continente americano. As condições precárias de saúde, higiene e alimentação, as jornadas exaustivas e os cruéis castigos físicos a que eram submetidos restringiram a expectativa de vida dos escravizados a uma média de 25 anos.

Esse contexto histórico resulta em dificuldades no combate ao racismo. Segundo especialistas, a Região Sul brasileira sempre reproduziu o discurso de que não tem nenhuma ou pouca presença negra, o que resulta em falhas na aplicação de políticas públicas. Em 2019, por exemplo, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* revelou que o Rio Grande do Sul foi o líder do país em casos de racismo: 4.132. Considerando só os casos de injúria racial, Santa Catarina ficou em segundo lugar, com 2.408 registros, atrás apenas do Pará.

A Região Sul é a que tem o maior percentual de população branca no país. Casos como o do "Homem Errado", o de João Alberto, a injúria racial sofrida pelo goleiro Aranha e o recente episódio envolvendo o músico Seu Jorge em um clube social de elite em Porto Alegre revelam que o racismo é um traço do país, mas a branquitude se solidifica muito no Sul.



## Eficiência energética como estratégia fundamental da descarbonização

» MARCO SCHIEWE

Diretor do Programa PotencializEE pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ)

Há mais de 40 anos, o tema da eficiência energética tem ganhado espaço nas políticas nacionais e internacionais. A ideia de que a redução do consumo de energia deve ser inserida nas estratégias governamentais teve seu surgimento durante a crise do preço do petróleo em 1973. Naquela época, a diminuição da demanda de energia era vista como uma abordagem vital para garantir maior segurança energética em diversos países.

Hoje, a otimização da energia começa a ser vista pelos governos também como medida essencial para enfrentar a crise climática. Na Alemanha, a Lei de Eficiência Energética, que entrou em vigor em setembro de 2023, visa reduzir o consumo de energia em 26,5% até 2030 e em 45% até 2045. Na COP 28 (Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), realizada poucos meses depois, 45 países da África, Américas, Ásia e Europa endossaram a meta de duplicar a eficiência energética até 2030, juntamente com o objetivo de triplicar a capacidade de geração de energia renovável.

Estimativas da Agência Internacional de Energia indicam que os investimentos em eficiência energética podem contribuir com uma redução de cerca de 35% das emissões

acumuladas de CO<sub>2</sub>, auxiliando no cumprimento das metas estabelecidas pelo Acordo de Paris. Além disso, na transição para uma economia de baixo carbono, a eficiência energética ajuda a reduzir a intensidade energética das atividades econômicas e a aumentar a segurança energética do país.

A implementação de medidas de redução de consumo de energia na indústria representa uma resposta inteligente aos desafios ambientais e ganha ainda mais valor ao oferecer oportunidades econômicas significativas. Segundo estudos do Programa de Investimentos Transformadores de Eficiência Energética na Indústria (PotencializEE), por meio de políticas públicas que incentivem a adoção de tecnologias mais sustentáveis para a produção industrial, é possível economizar pelo menos R\$ 10 bilhões até 2050.

Fruto de uma ação de cooperação Brasi-Alemanha, liderado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e coordenado pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), o programa PotencializEE passou a integrar o plano Nova Indústria Brasil, recentemente lançado pelo MDIC. Seu propósito é promover eficiência energética em pequenas e médias indústrias por meio de

assistência técnica e financeira, uma medida essencial para o alcance da meta de redução de 30% das emissões de gases de efeito estufa no setor industrial brasileiro até 2033, conforme preconiza uma das missões do governo para o setor industrial. O programa já atendeu mais de 360 empresas no estado de São Paulo e projeta mitigar a emissão de 1,1 MtCO<sub>2</sub> e (milhão de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes).

A busca por eficiência energética resulta em uma série de impactos positivos, delineando uma transformação significativa no setor produtivo. É o ponto de partida essencial para a descarbonização da economia, mas também constitui uma ponte fundamental entre benefícios ambientais e oportunidades econômicas. Isso reforça seu papel central nas agendas governamentais e corporativas voltadas para a sustentabilidade e a resiliência energética para um futuro mais sustentável.

Nesse cenário, é fundamental que os governos continuem a promover políticas que incentivem e apoiem práticas eficientes de energia. Investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias mais eficientes, bem como implementar regulamentações que promovam a eficiência energética, são passos essenciais para atingir as metas estabelecidas nos acordos internacionais.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Decisão perigosa

Descriminalizar o porte de drogas significa, em nosso caso e em última análise, transformar as leis e a própria Justiça em entidades indiferentes e abstratas, incapazes de buscar e implementar soluções para um problema social seríssimo e de repercussões catastróficas.

Transformar leis específicas em letras mortas não só não ajuda a sociedade, como contribui para tornar esse mal algo imutável e de difícil combate. Em outras palavras, significa dar poder ao mal, blindando-o de ações mais efetivas e saneadoras. Para que isso aconteça, e estamos a um passo de vermos esse empoderamento acontecer sem que outras medidas sejam adotadas, significa perder uma batalha sem sequer entrar em combate.

Nenhuma autoridade pública, no caso o poder público, pode pretender lavar as mãos para o problema, deixando ao livre arbítrio de traficantes e consumidores as soluções para essa questão. É preciso lembrar que, nesse assunto, Judiciário e Legislativo estão em discordância quanto à questão das drogas. Os parlamentares, de posse do documento legal (voto) de representatividade popular, estão indo contra essa descriminalização, conforme quer e deseja a população brasileira.

Já o Judiciário, por meio da mais alta Corte do país, vai se guiando pela descriminalização de pequenas quantidades de maconha. Caso vingue essa segunda posição, como tudo leva a crer, o problema das drogas vai escalar a um patamar que fugirá totalmente ao controle do Estado, deixando a população e a polícia à mercê desses entendimentos, ditos moderníssimos, mas de resultados questionáveis.

É sabido que, segundo as autoridades de segurança — mais precisamente a polícia —, esse é um problema equivalente a enxugar gelo ou impedir que o fogo se propague morro acima. É do conhecimento de todos também que essa é uma questão que deve envolver toda a sociedade, quer por meio de uma campanha massiva de educação de todos os cidadãos, quer pelo empenho de cada um para denunciar o problema, exigindo medidas energéticas e prontas das autoridades.

O que não se vê em nenhuma parte do país e em nenhum meio de comunicação são campanhas educativas e de alertas contra o consumo das drogas. Nem em escolas, nem em qualquer mídia à disposição da sociedade. É como se o problema não existisse de forma oficial.

O pior, nesse caso, é o Estado querer adotar e copiar modelos vindos de outros países do Ocidente, com uma realidade totalmente diferente da nossa e com poderes e meios materiais capazes de enfrentar essa calamidade a qualquer hora. O que é preciso estar atento agora, e isso não se discute oficialmente, é que muitos países desenvolvidos estão revendo a posição de descriminalizar o porte e o consumo de drogas.

As metanfetaminas, hoje consumidas muito mais do que outras drogas como a cocaína e a maconha, estão fazendo estragos nunca vistos. Milhares de filmes apresentados nas mídias sociais mostram os danos desse consumo para a população, transformada em verdadeiros e modernos zumbis, paralisados e dormindo em praças públicas, tudo sob o olhar indiferente da população e das autoridades. O problema é que a metanfetamina e seus derivados já estão chegando ao Brasil. As cracolândias, com esse novo produto, vão ganhar muitos outros usuários, criando verdadeiras cidades marginais dentro dos espaços urbanos.

A continuar na direção proposta pela própria Justiça da descriminalização das drogas, em breve as cidades brasileiras vão se transformar naquilo que jornalistas estrangeiros, durante as Olimpíadas de 2016, já alertavam: "Bem-vindos à selva".

### A frase que foi pronunciada:

"O crack tinha uma lógica social, um tipo específico de raciocínio que se baseava em um vasto poço de experiência comum para sua ressonância simbólica. Crack representava dor e poder, caos e ordem, a verdade por trás da mentira. O crack era uma lógica sociojurídica fundamentada no sangue."

Dimitri A. Bogazianos

### 1 por 3

» Com uma placa indicando que é preciso preservar a natureza, a Floresta Distrital dos Pinheiros está sendo colocada no chão. Caminhões levando as toras, e a terra aguardando o tempo certo para fazer mais estragos em épocas de chuva. Para gestores que se preocupam com o futuro, cada árvore retirada corresponde a três novas árvores plantadas.

### Serra&Cerrado

» Depois da recategorização dessa unidade, o objetivo é proteger a biodiversidade. Na verdade, o Cerrado do local foi devastado para a plantação de pinheiros. O Decreto 38.371 também cita a recuperação de áreas degradadas. Os pinheiros não são nativos da nossa região. A degradação foi iniciada no Paranoá com a troca do Cerrado por pinheiros.

### História de Brasília

Conselheiro Alves, presidente do IAPI, não está informado de que prédios residenciais da superquadra 305 já podem ser entregues, e ainda não foram, porque a comissão de engenheiros ainda não veio a Brasília receber o trabalho dos empreiteiros. (Publicada em 6/4/1962)